

Apresentação do Dossiê:
*Estado, Economia e Classes sociais na América
Latina Contemporânea*

Dossier Presentation:
*State, economy and social classes in contemporary Latin
America*

Adrián Piva¹
Danilo Enrico Martuscelli²

Durante os anos 1990, o neoliberalismo foi a orientação político-ideológica predominante de política econômica e social aplicada na América Latina e em grande parte do mundo. As nações sul-americanas foram palco de profundos processos de reestruturação do capital e do Estado que reconfiguraram as relações de classes, entre mercado nacional-mercado mundial e Estado-mercado. Como resultado, ocorreu um aprofundamento do processo de internacionalização das economias nacionais, uma reorganização da estrutura produtiva em função de um desenvolvimento dinamizado pelos setores exportadores, produziram-se retrocessos nos ramos industriais de menor produtividade relativa em termos internacionais, transformaram-se as estruturas e funções

- 1 Doutor em Ciências Sociais pela Universidad Nacional de Quilmes. Profesor Adjunto Ordinario do Departamento de Economía y Administración de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ, Buenos Aires, BA, Argentina). E-mail: adrianpiva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0809-7797>.
- 2 Professor adjunto C (nível III) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do campus de Chapecó e do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas do campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó, SC, Brasil). E-mail: daniloenrico@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8769-6762>.

dos Estados, debilitando-se as capacidades de regulação dos mercados e fortalecendo-se as capacidades de disciplinamento social, entre outras mudanças profundas. A base dessas transformações foi a desmobilização e a desorganização das classes populares da região.³

No essencial, o neoliberalismo foi uma estratégia de subordinação do trabalho através da extensão e intensificação da concorrência. Restrição monetária, abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatizações e redução/supressão de direitos sociais e trabalhistas foram os meios de articulação desta estratégia. Suas condições de possibilidade na região foram a instrumentalização do terrorismo de Estado pelas ditaduras militares durante os anos 1970 e os processos hiperinflacionários que assolaram a região entre fins dos anos 1980 e idos da década de 1990. As consequências do disciplinamento social de natureza neoliberal durante os anos 1990 podem ser observadas nos indicadores dos retrocessos produzidos para as classes populares em termos de: queda dos rendimentos reais dos trabalhadores formais e informais, incremento absoluto e relativo da pobreza, crescimento da desigualdade na distribuição de renda, aumento das taxas de desemprego, etc.⁴

É possível afirmar que o caráter regional da ofensiva neoliberal regionalizou nos fatos as resistências sociais. Até fins da década de 1990, era evidente a crise do neoliberalismo na região que vinha sendo atravessada por crises econômicas e um novo ciclo de conflitividade social. O aumento do número e a intensidade dos conflitos se transformou em tendência insurrecional em países como: Equador, Bolívia e Argentina⁵. Ainda que heterogêneas em suas demandas e agentes sociais (indígenas e camponeses no Equador; indígenas, camponeses e operários na Bolívia; trabalhadores desempregados, assalariados empregados e setores das classes médias da cidade e do campo na Argentina), essas insurreições marcaram o auge de um ciclo de mobilização popular contra o neoliberalismo. No entorno dessas insurreições – e das quedas dos

3 Para uma análise do neoliberalismo na América Latina nos anos 1990, destacaríamos os seguintes textos: Boito (1999), Bonnet, (2008), Fiori (1995), Cruz (2007), Piva (2012), Katz (2016).

4 Ver os textos: Boito (1999), Bonnet, (2008), Fiori (1995), Cruz (2007), Piva (2012), Katz (2016).

5 Para um exame desses três casos, ver: Bonnet (2015), Piva (2015) e Ouviaña e Rey (2018).

governos neoliberais nos três países – configurou-se um cenário de crise política regional.

Nesse sentido, Venezuela, Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Uruguai e Paraguai tornaram-se palco da ascensão ao governo de partidos, coalizões e movimentos políticos que expressavam de distintas maneiras esta mobilização antineoliberal. Podemos distinguir três grupos de governos nesse conjunto⁶.

Em primeiro lugar, Venezuela e Bolívia se distinguiram dos demais pela radicalidade das transformações políticas e econômicas que produziram e porque os grupos dirigentes que chegaram ao governo, formavam parte da direção do processo de mobilização que os precederam. Em ambos os casos, produziram-se acelerados e profundos processos de incorporação de demandas democráticas e populares que incluíram processos constituintes, produzindo alterações significativas na política estatal e nos próprios regimes políticos.

Em segundo lugar, Brasil e Uruguai representaram a ascensão ao governo, pela primeira vez, de forças de esquerda e de centro-esquerda de considerável vínculo e tradição popular, tais como: a Frente Ampla no Uruguai (formada em 1971) e o Partido dos Trabalhadores no Brasil (fundado em 1980). Nesses dois países, as linhas de ruptura com o neoliberalismo foram menos nítidas e o triunfo eleitoral dessas forças foi precedido por um ciclo de conflitos de reduzida intensidade quando comparado aos demais casos. No caso brasileiro, a atividade grevista vinha passando por um descenso desde 1997 (DIEESE, 2019). Foram os movimentos de luta pela terra, como o MST, que protagonizaram os principais conflitos contra o governo Cardoso, assumindo mais claramente uma plataforma antiliberal, antes de Lula tomar posse em 2003 (COLETTI, 2005).

Em terceiro lugar, figuraram Argentina e Equador, países nos quais chegaram ao governo grupos dirigentes que se encontravam fora dos processos de mobilização, que reconstruíram o poder de Estado a partir de uma estratégia de incorporação política de demandas dos grupos sociais mobilizados contra o neoliberalismo e que, ainda que não tivessem o grau de radicalidade dos casos venezuelano e boliviano, passaram por fortes conflitos com frações das classes dominantes de seus países,

⁶ Para uma análise das experiências progressistas, ver: Rey (2012), Piva (2015), Katz (2016), Klaxon e Arkonada (2017), Ouviaña e Rey (2018), Boito Junior (2018).

especialmente com aquelas frações exportadoras e menos vinculadas a um tipo de desenvolvimento voltado para o mercado interno.

O caso paraguaio possui características dos grupos dois e três, acima mencionados. Fernando Lugo chegou ao governo em 2008 sem ser precedido por grandes processos de mobilização social, mas no desenvolvimento de seu governo, agudizaram-se os conflitos com frações da classe dominante mais claramente integradas ao capital imperialista. Este último traço e a radicalização dos processos de luta camponesa aproximam o Paraguai mais do grupo constituído por Argentina e Equador⁷.

Em todos os casos, os processos de incorporação de demandas das classes populares tornaram-se possíveis, revertendo, em certa medida, a tendência à deterioração dos termos de troca nas economias da região. O forte crescimento da China produziu um ciclo de aumento dos preços das *commodities* que impulsionou o valor das exportações desses sete países mencionados. A exportação de hidrocarbonetos, minérios, soja e derivados, sustentou *superávits* da balança comercial que ampliaram as margens de manobra política dos Estados da região. Por essa razão, ainda sob as condições da abertura comercial e da internacionalização das economias alcançadas com as reestruturações neoliberais, flexibilizaram-se as restrições a uma autonomização relativa das políticas estatais em relação às características dos processos de acumulação e dos interesses imediatos das classes dominantes. Contudo, na maioria dos casos (Equador, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai), a reversão das reformas neoliberais e dos efeitos da reestruturação do capital e do Estado foram limitadas e/ou parciais. Nos casos em que as reformas pós-neoliberais foram mais profundas (Venezuela e Bolívia), não se rompeu com a dependência da exportação de produtos primários.

No geral, os processos de acumulação se fundaram no dinamismo exportador de produtos primários (Venezuela, Equador, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e de produtos agroindustriais e industriais de reduzida complexidade tecnológica e baixo valor agregado (Brasil, Argentina). Isso supõe que os processos econômicos e políticos pós-neoliberais ou de reformas do neoliberalismo foram atravessados por uma contradição entre a incorporação das demandas populares (mais ou menos radical, a depender dos casos) que requeria uma autonomização relativa do Estado

7 Sobre o caso paraguaio, ver: Martínez-Escobar e Sánchez-Gómez (2015).

em relação aos interesses imediatos das classes dominantes, por um lado, e uma modalidade de acumulação fundada no desenvolvimento voltado para o exterior e caracterizada pela dependência comercial, financeira e tecnológica em condições de uma maior internacionalização da reprodução capitalista, por outro.

Esta contradição foi se delineando, em maior ou menor grau, na medida que os Estados sul-americanos passaram a contar com *superávits* fiscal e da balança comercial, mas o processo de crescimento de suas economias manifestou certos limites impostos à incorporação política das demandas populares. O desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza este tipo de processo de acumulação tende a reproduzir, de maneira ampliada, a dualização da estrutura econômica e da força de trabalho e, com isso, a persistência da informalidade, da pobreza e da desigualdade. Desse modo, a dinâmica da acumulação de capital coloca limites à satisfação de demandas das classes populares. As tentativas de dar continuidade a esse processo de incorporação política e de ampliação da base de apoio popular, tenderam então a produzir enfrentamentos com as classes dominantes que buscavam bloquear os processos redistributivos. Esses conflitos foram tanto maiores quanto maior fosse o grau de radicalidade das transformações pós-neoliberais.

Na Venezuela, desde a convocação do processo constituinte em 1999, engendrou-se uma ruptura que contou com episódios de crescente violência, como os expressos: na tentativa de golpe de Estado em 2002, nas sabotagens e *guarimbas* de 2004 e 2005, etc. Entre 2008 e 2012, ocorreram rebeliões das burguesias da região na Bolívia, Argentina, Equador e Paraguai (poderíamos acrescentar a essa lista a crise política de baixa intensidade ocorrida no Brasil em 2005, mas que não chegou a produzir um abalo sísmico no governo Lula)⁸. Todas se caracterizaram pela radicalidade da mobilização dos grupos capitalistas, de grande parte dos grupos dirigentes tradicionais e pelo apoio de parte de setores das classes médias urbanas e do campo. Essas rebeliões, com a exceção do Paraguai, não lograram destituir os governos pós-neoliberais ou que vinham reformando o neoliberalismo, mas impuseram severos limites à continuidade dos processos redistributivos. Venezuela e Paraguai constituíram assim exceções significativas.

8 Sobre a crise política de 2005 no Brasil, ver: Martuscelli (2015).

No caso venezuelano, a radicalização do processo bolivariano levou o regime político à crise que culminou com a fratura e a polarização entre os princípios de soberania e as regras eleitorais sustentados pela Assembleia Nacional (opositora), de um lado, e pelo poder executivo, pelo judiciário e pela assembleia constituinte (de maioria chavista), de outro. Nesse contexto, a manutenção de uma base de apoio popular e das Forças Armadas ao governo chavista foram centrais para evitar a sua queda. No Paraguai, em 2012, se produziu a primeira destituição de um presidente progressista na América do Sul (o antecedente mais importante era o caso de Honduras em 2009). O mecanismo de *impeachment* requeria para seu êxito a ruptura interna da coalizão governamental. O Partido Liberal Radical Autêntico, que integrava a coalizão governamental, impulsionou juntamente com o Partido Colorado a destituição de Lugo.

No ano de 2008, a crise dos Estados Unidos e da União Europeia deu início a uma fase longa de crescimento débil no âmbito global. O impacto limitado da crise na região até 2013, explica-se pela continuidade do crescimento da China, que permitiu sustentar os preços das *commodities*. Mas, a desaceleração chinesa levou, desde 2013, a uma queda dos preços dos produtos de exportação da região e a um esgotamento das margens de autonomia dos Estados para dar continuidade às estratégias políticas dos governos progressistas. A contradição entre os fundamentos profundos da dinâmica de acumulação e a satisfação de demandas populares como condição política dos chamados governos progressistas implodiu. A deterioração econômica em um contexto de enfrentamento com amplos segmentos das classes dominantes foi determinante para o esgotamento das experiências progressistas⁹.

A crise de 2008 produziu efeitos, ainda que não de maneira imediata, sobre os processos econômicos e políticos latino-americanos, vindo a engendrar mudanças significativas nas relações de classe, no conteúdo da política estatal e no próprio regime político desses países. Se a instabilidade política se fez presente na grande maioria das experiências progressistas, é possível indicar duas tendências principais: uma tendência progressista que se inicia com a chegada de Chávez ao governo venezuelano e se encerra com o golpe de Estado no Paraguai, em 2012, e outro processo de tendência regressiva que se inicia a partir deste evento e ganha força na maioria das experiências progressistas nos anos

9 Sobre esse processo, ver: Segrera (2016) e Ouviaña e Rey (2018).

seguintes. Ambos momentos são marcados por uma polarização entre forças que reivindicam programas de direita, centrados em uma ofensiva contra as organizações e interesses das classes populares, e forças que defendem programas de reforma, centrados na incorporação política de demandas populares.

Desde 2012, as forças de direita claramente passam a se projetar na ofensiva. Argentina, Brasil e Equador tornaram-se gradualmente palco de mobilizações massivas da oposição que se sustentavam, ademais, na erosão dos mecanismos redistributivos e num marco de crescente pressão pelo ajuste econômico (PIVA, 2014, CAVALCANTE, 2015, MARTUSCELLI, 2016, ORTIZ, 2018). A queda sucessiva desses governos gerou uma nova mudança de época, de sinal inverso ao do início do século 21. As vias foram distintas. A destituição de Dilma Rousseff, com evidentes semelhanças com o caso paraguaio, já que impulsionada inclusive por seus aliados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), seguida pela prisão de Lula, foi crucial para o triunfo eleitoral de Bolsonaro; a derrota eleitoral do kirchnerismo para a direita na Argentina; no Equador, a guinada para a direita foi protagonizada pelo sucessor político do ex-presidente Rafael Correa, pertencente à sua própria aliança política: a Alianza Pátria Altiva e Soberana (PAIS). Em todos esses casos, as classes dominantes foram capazes de articular uma sólida coalizão política integrada por amplos setores das classes médias, e que, no contexto do esgotamento dos processos redistributivos, contaram com o apoio eleitoral de setores das classes populares. No seio da classe dominante, foi central nessa articulação política o papel das grandes empresas de meios de comunicação. No interior dos grupos integrantes do sistema político, foram centrais as estruturas políticas tradicionais, inclusive aquelas que faziam parte das coalizões progressistas, e o poder judiciário.

A permanência no poder dos governos de Evo Morales e de Nicolás Maduro na Venezuela colocam em dúvida a afirmação difundida de que o debilitamento e a fratura/queda das coalizões progressistas de Paraguai, Brasil, Argentina e Equador foram produto de sua radicalidade. Tanto Venezuela como Bolívia, com todas as diferenças, compartilham algumas características relevantes: em ambos processos, seus núcleos dirigentes eram externos ao regime político anterior, não integravam as organizações políticas tradicionais; em ambos os processos, esses núcleos

dirigentes faziam parte da direção dos processos de mobilização que precederam suas chegadas ao governo; ambos os casos empreenderam processos constituintes que transformaram significativamente o regime político e o conteúdo da política estatal. Apesar disso, não ficaram imunes à contradição que atravessou todos esses processos, na medida em que as transformações da estrutura produtiva não romperam com a inserção exportadora–dependente de seus países.

Os artigos que compõem este dossiê procuram oferecer uma abordagem crítica de parte desses processos, de seus limites e de seus resultados. Lamentavelmente, a chamada pública do dossiê não conseguiu atrair reflexões sobre os casos equatoriano, paraguaio, uruguaio e venezuelano, ainda que tenha recebido 25 artigos para avaliação.

Os seis artigos publicados neste dossiê abordam questões relacionadas aos casos boliviano, argentino e brasileiro. O primeiro texto que compõe o dossiê, intitulado “Expansão do Estado na Bolívia e resistências: entre hegemônias e autonomias”, de autoria de Rafaela Nunes Panain, procura fazer um balanço do governo boliviano nos últimos anos, centrando-se nos pontos de aproximação e distanciamento entre o governo de Evo Morales e seu partido e os setores subalternos. A autora conclui que as forças oficiais tenderam progressivamente a fechar a política institucionais à participação dos grupos subalternos, criando dificuldades para a sua própria estabilidade. Já o artigo “UNASUR y el cierre del ciclo de las luchas contra el capitalismo neoliberal en Bolivia. Acerca del conflicto entre el Poder Ejecutivo y los prefectos de la Medialuna de Oriente, 2008”, escrito por Rodrigo F. Pascual e Sabrina Lobato, descreve o importante papel que cumpriu a Unasul no conflito relacionado à aprovação da nova Constituição, que incorporou certas demandas populares, envolvendo os prefeitos da região da Meia Lua (Media Luna) – situada na parte leste da Bolívia, formada pelos departamentos (Estados) de Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija – e o governo Morales, em 2008. De acordo com os autores, a ação da Unasul foi fundamental para neutralizar as forças opositoras ao governo e garantir sua estabilidade.

Francisco J. Cantamutto e Emiliano López analisam, no artigo “Voces que gritan fuerte: posiciones del bloque de poder durante el gobierno de Cambiemos”, a posição de setores da grande burguesia na Argentina diante da política econômica do governo Mauricio Macri

(Cambiamos), demonstrando como se constituiu uma aliança entre o grande empresariado e o governo no sentido de favorecer os interesses dos setores mais concentrados do empresariado e secundarizar os setores menos concentrados e as classes populares.

Os três últimos artigos do dossiê abordam o caso brasileiro. No primeiro deles, “El Estado neodesarrollista en Brasil y su crisis: apuntes en perspectiva histórica”, Dario Clemente procura resgatar historicamente o significado do Estado desenvolvimentista e analisar as características presentes na nova estatalidade constituída sob os governos petistas, que leva o autor a adotar o conceito de Estado neodesenvolvimentista para defini-la. No artigo “Os efeitos da crise econômica e da operação Lava jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva”, Pedro Henrique Campos procura demonstrar como a crise econômica e a Operação Lava Jato impactaram negativamente os negócios da indústria da construção pesada no Brasil. Segundo Campos, esse processo tende a se aprofundar com a “intensificação do padrão de acumulação predominantemente fi no país, o que contribuirá para a inserção cada vez mais subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho e no sistema interestatal. Por fim, o artigo “Sistema de proteção social no governo Lula (2003-2010): mudança ou continuidade no padrão de intervenção do estado na sociedade?”, elaborado por Edmar Aparecido de Barra e Lopes, procura traçar comparações entre a política social do governo Cardoso (1995-2002) e a implementada pelo governo Lula (2003-2010), adentrando no debate sobre as continuidades e descontinuidades no sistema de proteção social.

Ainda que não tenhamos logrado contemplar análises sobre todas as sete experiências latino-americanas indicadas na chamada pública do dossiê (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela), esperamos que o conjunto dos textos aqui publicados ajudem a fomentar novas análises críticas sobre os processos econômicos e políticos latino-americanos presentes na nova conjuntura. Boa leitura!

Referências

BOITO JUNIOR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JUNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Ed. da Unesp; Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

BONNET, Alberto. *La insurrección como restauración: el kirchnerismo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

BONNET, Alberto. *La hegemonía menemista: el neoconservadorismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo, Ed. Unesp, 2007.

IEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Balanco das greves de 2018*. abr. 2019. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência|| In: FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. *Desde abajo, desde arriba: De la resistencia a los gobiernos populares: escenarios y horizontes del cambio de época en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2017.

MARTÍNEZ-ESCOBAR, Fernando; SANCHEZ-GÓMES, José Tomás. O golpe parlamentar no Paraguai: A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituído do Congresso. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015. Disp. em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/37826>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

ORTIZ, Santiago. Revolución Ciudadana en Ecuador. De lo nacional popular a lo nacional estatal. In: OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Thwaites (org.). *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190207045344/Estados_en_Disputa.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Thwaites (org.). *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190207045344/Estados_en_Disputa.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

PIVA, Adrián. *Economía y política en la Argentina kirchnerista*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2015.

PIVA, Adrián. La movilización antikirchnerista de “clase media”: entre la representación y la recomposición neo populista del consenso. *Astrolabio*, Córdoba, n. 12, p. 394-421, 2014.

PIVA, Adrián. *Acumulación y hegemonia en la Argentina menemista*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

REY, Mabel Thwaites, *El Estado en América Latina: continuidades y rupturas*. Santiago de Chile: Editorial Arcis/Clacso, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20121127121700/ElEstadoenAméricaLatina.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SEGRERA, Francisco López. *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha*. Buenos Aires, Clacso, 2016.

Declaração de Co-Autoria (resumo): Os autores declaram ter elaborado conjuntamente todas as partes do artigo de apresentação do Dossiê *Estado, Economia e Classes Sociais na América Latina Contemporânea*.